

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003282-07.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Gilberto de Alcantara**
Requerido: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado um contrato de financiamento com alienação fiduciária junto ao BMG, o qual foi posteriormente refinanciado (deveria então pagar 24 prestações de R\$ 138,68 cada uma ao mês).

Alegou que esse segundo contrato foi cedido à ré, a qual, não reconhecendo o que já quitara anteriormente, informou que devia a esse título R\$ 3.480,00, a ser saldado em 12 parcelas de R\$ 290,00 cada uma.

Salientou que a ré, ademais, não emitiu os boletos relativos ao assunto.

A ré em contestação chegou a reconhecer textualmente que *"em razão de falha sistêmica não restou repassado à requerida a renegociação realizada"*, além de assinalar que estaria diligenciando a regularização da situação e o envio dos boletos ao autor (fl. 19, quarto parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Posteriormente, em duas oportunidades a ré asseverou estar em negociação com o autor para solucionar a pendência (fls. 59 e 92), mas em momento algum demonstrou concretamente em que isso consistiria.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque o relato de fl. 01 é claro, patenteando que a ré, por ocasião da cessão de contrato que o autor firmara com outra instituição (consistente em refinanciamento pelo qual ele se comprometeu a fazer o pagamento de 24 parcelas no importe de R\$ 138,68 cada), não computou os pagamentos implementados a esse respeito (no total de 16 parcelas).

Ela, em consequência, estaria cobrando quantia superior à efetivamente devida.

Na peça de resistência a ré não só deixou de impugnar especificamente os fatos articulados pelo autor como foi além, para admitir que a renegociação de início concretizada não lhe foi repassada por falha sistêmica.

Diante desse cenário, transparece incontroverso o direito do autor em adimplir o contrato com a ré nos termos que declinou, ou seja, mediante pagamento de 08 parcelas de R\$ 138,68 cada, porquanto não poderia ser prejudicado por sua cessão à mesma.

Tal circunstância não teria o condão de impor ao autor ônus superior ao já assumido diante do BMG, com quem foi feita a renegociação não repassada à ré.

Ressalvo, por oportuno, que descabe cogitar de acréscimo ao valor das prestações, pois o atraso em seu pagamento não pode ser atribuído ao autor e sim à ré.

Aliás, as diversas vezes em que ela declinou que estaria buscando dirimir o problema sem que isso se desse demonstra claramente a sua exclusiva responsabilidade pela demora verificada, de sorte que carece de respaldo qualquer majoração a cargo do autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em emitir oito boletos em nome do autor para quitação do contrato tratado nos autos, cada um no valor de R\$ 138,68, cujos vencimentos se darão mensalmente, o primeiro deles com antecedência mínima de dez dias da entrega ao autor e os demais nos meses subsequentes.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fls. 13/14, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**